



COMUNICADO

Documento publicado em 23/01/2014

ULTIMATUM EXPIRADO - INÍCIO da REVOLUÇÃO

O MRB, em ato público realizado a 2/3/2013, entregou a representante da Assembleia da República um ***Ultimatum*** com a seguinte **exigência de alteração à Constituição**

Retirar-se aos partidos políticos o exclusivo dogmático e caduco de serem os únicos representantes do Povo eleitor na Assembleia da República, abrindo este Órgão à sociedade e àqueles que não se revêem nos partidos políticos, permitindo-se, que Listas de Cidadãos Independentes possam concorrer às eleições legislativas, em igualdade de circunstâncias, direitos e deveres dos partidos políticos.

que deveria ter sido cumprida até 31 de Dezembro de 2013.

Solicitava-se ainda que se ***ponderasse a adopção de um sistema eleitoral de listas abertas para as eleições legislativas, reflectindo a lista dos eleitos as escolhas claras e directas dos eleitores, que votariam no partido/lista que tivessem por bem, podendo votar directamente no deputado que desejassem ver como representante do Povo.***

Apesar das várias diligências realizadas pelo MRB, e por outras entidades da sociedade civil, tal alteração foi negada. Para mais informações consultar: <http://www.mrb.pt/actividades.html>

O MRB, ao longo de ano e meio de existência, desenvolveu várias iniciativas, recebidas com satisfação pela sociedade, com excepção dos órgãos de soberania a quem, educadamente, se dirigiu (Presidência da República, Governo e Assembleia da República). Da parte dos referidos órgãos, de forma permanente, fomos ignorados, ridicularizados ou insultados.

Assistimos, ao longo das nossas atividades, a diversas manobras públicas e de bastidores, que só tinham um objetivo: impedir os Cidadãos de confrontarem esta classe política, de forma a manter o Cidadão português subserviente da mesma e, assim, branquear o passado, validar o presente e assegurar a continuidade desta classe política no futuro.

Da parte de quem nos governou, pelo menos desde 1998 até à data de assinatura do memorando de entendimento com a "Troika" (Maio 2011), a opção foi clara, beneficiar as relações sombrias entre os interesses privados e o Estado, viverem do sistema partidário, ou à sombra dele, não se lhes conhecendo nenhuma atitude de revolta, dentro ou fora dos seus partidos, para alterarem a situação de desastre anunciado.



Foi esta conduta, permanente, de má governação, que se orienta não para os fins públicos, mas para os mais obscuros interesses que raiam a corrupção, que nos conduziu à terceira "Bancarrota" em 39 anos de democracia. Sem dúvida, um recorde mundial histórico.

Os que hoje nos governam e que proclamam, em alta voz, a necessidade de assumirmos um elevado sentido patriótico e de sacrifício, foram os mesmos que, durante estas duas últimas décadas, alternaram entre governo e oposição, desempenharam cargos de relevo na gestão da Coisa Pública, transitaram despididamente para sectores privados monopolistas, regressaram à gestão do Estado e beneficiaram de todas estas relações sombrias, com o prejuízo directo de Portugal e do Povo Português

Esta classe política que tinha obrigação de zelar pelo nosso futuro, em segurança, criou estruturas repetidas no próprio Estado para se alimentar; alimentou, no Orçamento, milhares de entidades que não tinham de prestar contas; controlou sectores estratégicos, fomentando monopólios e cartéis, para obter o maior lucro no mais curto espaço de tempo, prejudicando toda a restante economia, a que juntou os centros de interesses como a grande maioria das PPPs, organizando o país de modo a viverem à custa dos cidadãos e não para os Cidadãos.

O caminho escolhido por aqueles que hoje nos governam nunca foi o de corrigir o que se sabia que tinha de ser corrigido. O verdadeiro caminho é procurar, por todos os meios, manter, até às últimas consequências, uma rede de interesses mafiosos que se apoderou das estruturas do Estado, utilizando os partidos políticos que, de forma cristalizada, ocupam, há décadas, a Assembleia da República e outros organismos do poder.

Durante ano e meio, tentámos, através de acções públicas, de sacrifício pessoal, irónicas e legais, **denunciar este estado de coisas e contribuir para que o aprofundamento da Democracia se concretizasse**, nomeadamente através do referido *ultimatum*.

Claramente, **os Partidos Políticos não desejam tal mudança de paradigma**, antes desejam que tudo continue na mesma, sem que os melhores governem e de modo a sermos governados por medíocres que não são minimamente escrutinados e não prestam contas a ninguém, a coberto das máquinas partidárias e duma legislação eleitoral caduca que protege os incompetentes e os corruptos, afastando os que são competentes e com coluna vertebral, para não se sujeitarem aos interesses partidários.

Em sã consciência não pode o Movimento Revolução Branca continuar como água mole a bater em pedra dura. O futuro de Portugal, das nossas famílias e filhos obriga-nos a **repensar e a incrementar as nossas ações de "combate cívico"**, com o **objetivo de punir os culpados, afastar os incompetentes**, contribuir para o **surgimento duma alternativa credível e dar uma merecida esperança aos Portugueses e ao futuro de Portugal.**